

**EDIÇÃO
ESPECIAL
DE GREVE**

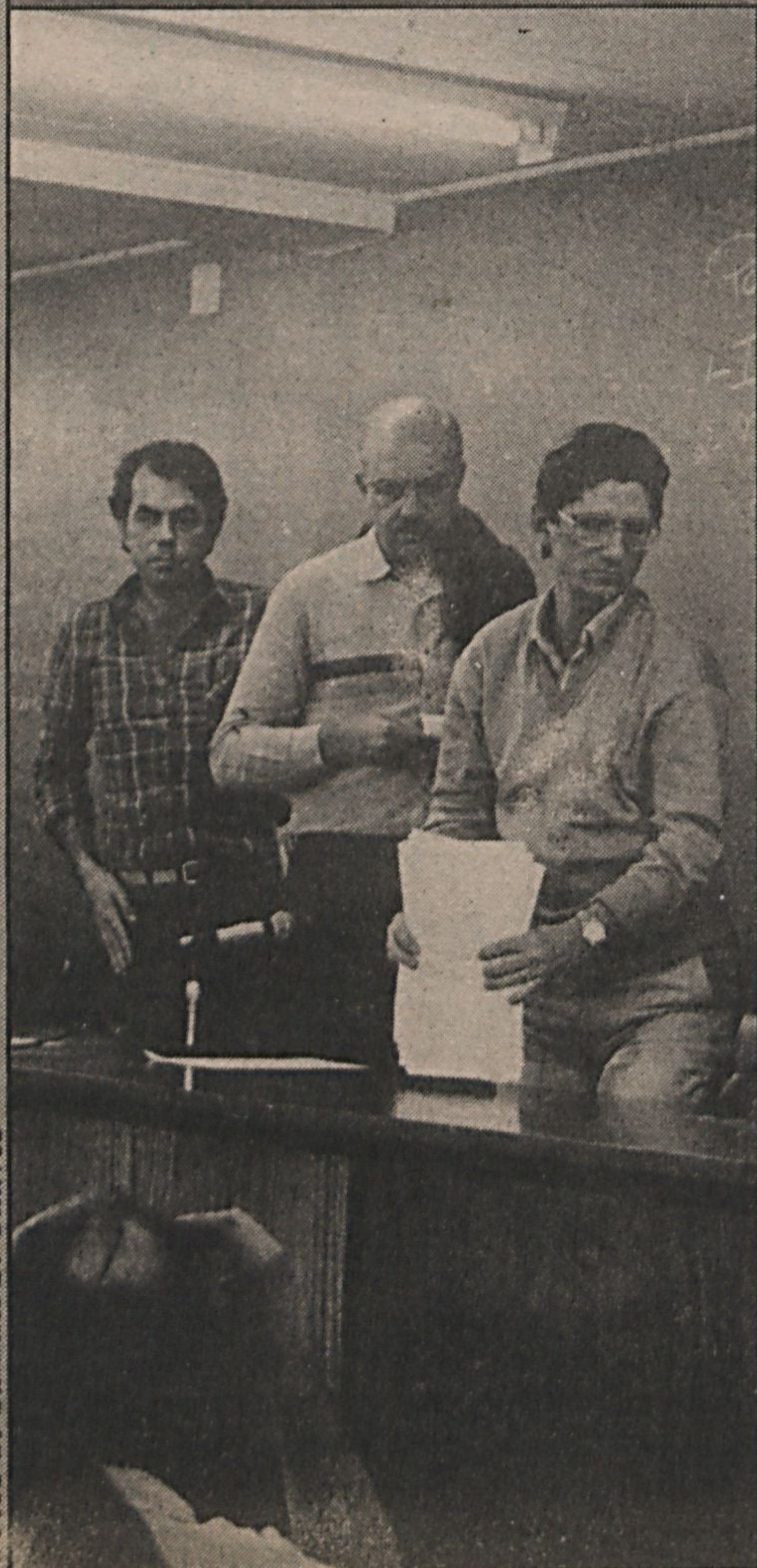
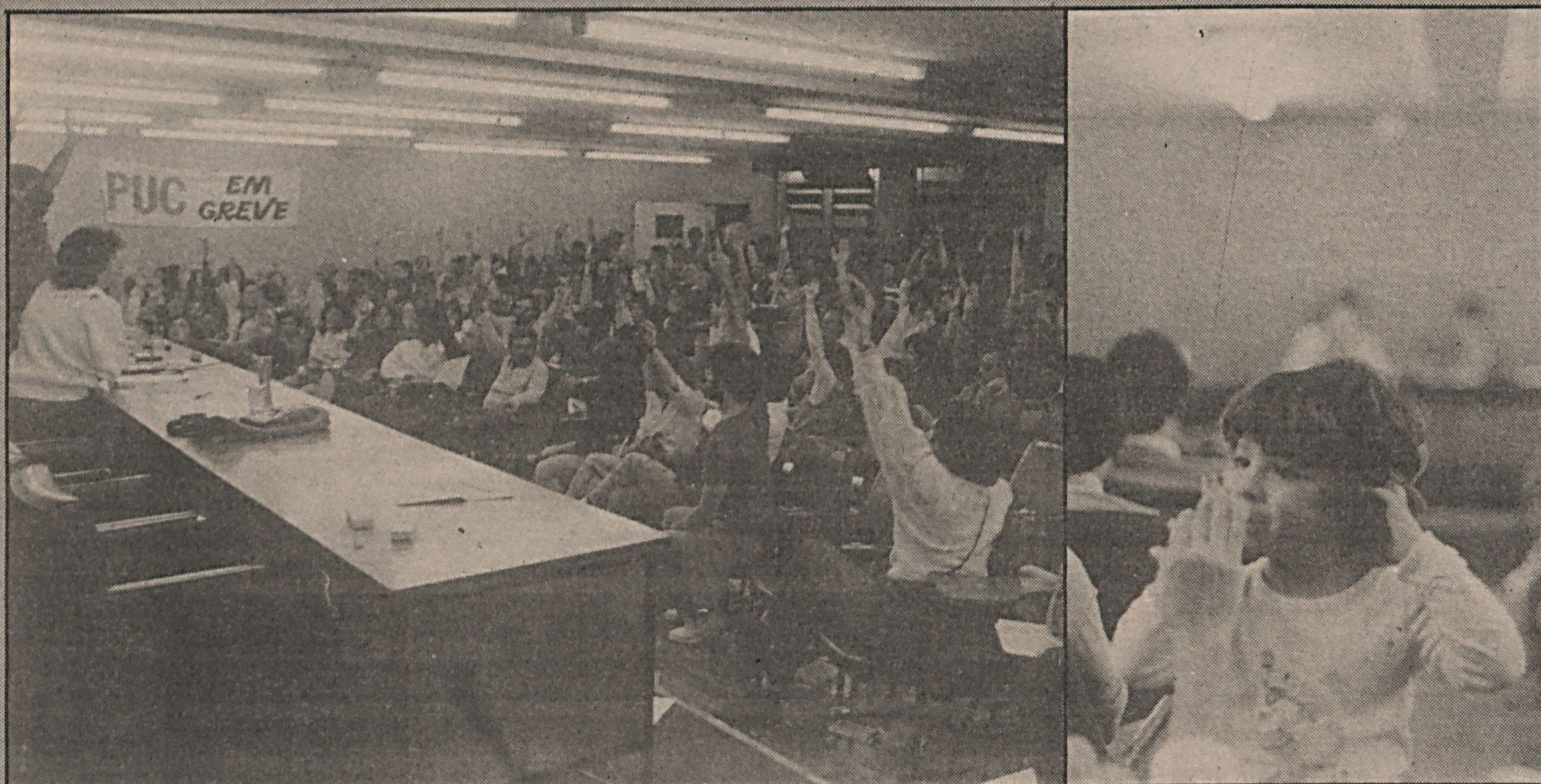
**porã,
duba**



**Uma greve histórica.
E agora?**

Os problemas da PUC vieram à tona nestes 27 dias de paralisação. E não são poucos. Na tentativa de encontrar uma saída, a comunidade vai debatê-los no Congresso.

A greve acabou. A esperança, agora, é o Congresso



Cenas da greve: As assembleias quase que diárias de professores e funcionários (alto esq.) contaram muitas vezes com a barulhenta intervenção de seus filhos (alto direita). A Reitoria também se fez presente (foto maior à esq.); enquanto os alunos davam seu apoio, mas exigiam reposição (à esquerda). Trabalho mesmo, depois da greve, tiveram os funcionários da limpeza, para livrarem a PUC do entulho (não muito autoritário) de 27 dias sem faxina (abaixo)



Após 27 dias de paralisação, inúmeras assembleias, reuniões e negociações, os professores e funcionários da PUC retornaram ao trabalho, com as seguintes conquistas: 8,88% de reajuste, ou seja, IPC (Índice de Preços ao Consumidor) relativo ao período de março a setembro, sem expurgo; 1/6 sobre 4,5 semanas (5%); ensino gratuito para os professores alunos de pós-graduação e seus dependentes assim como para os funcionários e seus filhos.

Esta foi a greve mais importante da PUC, não apenas em termos de duração mas porque a comunidade conseguiu chegar ao fundo da questão que trava o bom funcionamento da universidade: uma crise estrutural que se reflete na falta de dinheiro para manter a instituição.

A greve foi decidida em duas assembleias. Uma dos professores, no dia 25 de setembro, que reivindicavam o seguinte: cumprimento do dissídio de março na forma de 1/6 sobre cinco semanas, o que resultaria em um aumento de 16,6%, mais 35,7% de reajuste, além de gratuidade para professores que frequentam pós-graduação e seus dependentes, com a devolução do que já foi pago. Outra, no dia seguinte, 26, dos funcionários, que também decidiram parar, apoiando as reivindicações dos professores. Ficou acertado, então, que a greve seria unificada.

Negociações

No início das negociações, a Reitoria mostrou-se irredutível. Já no dia 2, acenando com dívidas, obrigações e falta de verbas, os reitores afirmavam que o déficit de Cz\$ 40 milhões colocava "limites intransponíveis à concessão de novos aumentos". Sobre o dissídio, pediam tempo até que saísse o parecer dos juristas contratados para apreciar a decisão do Tribunal. A Reitoria estava na expectativa, também, dos resultados de uma reunião que teria com o governador Franco Montoro, para pedir verbas. A reunião com o governador deu em nada.

Começou a delinear-se, então, uma conclusão a que todos chegariam durante o movimento: a PUC não tem mais de onde tirar dinheiro. "Não dá mais para tirar leite de pedra", afirmava o reitor Luis E. Wanderley.

A primeira proposta concreta da Reitoria só aconteceu duas semanas após o início do movimento, no dia 10, com os seguintes pontos: aceitava a gratuidade para dependentes legais de professores e funcionários, assim como dos professores alunos do pós-graduação, com a devolução do que tinha sido pago; equiparação salarial dos funcionários do Hospital Santa Lucinda aos da Faculdade de Medicina, a partir de 1º de janeiro; e a equiparação do campus de Sorocaba ao de São Paulo, a partir de março. Além disso, prometia cumprir o dissídio, segundo sua interpretação (5% sobre o salário) começando o pagamento já, deixando o acerto dos atrasados para janeiro; e reajuste salarial de 8,88%, referente à inflação de março a setembro, sem expurgo, concedidos sob forma de antecipação salarial.

A Reitoria condicionava estes pontos a uma "contrapartida política", que significava uma busca definitiva de soluções para a crise da PUC. Os grevistas, na assembleia seguinte, não aceitaram que a "contrapartida política" fosse condição indispensável para a assinatura do acordo e decidiram continuar paralisados. Paralelamente, os estudantes começavam a preocupar-se com a si-

partiram para a discussão dos pro-
dia 16, realizaram uma assem-
decidiu pelo apoio às reivindica-
professores e funcionários e fizeram
no dia 17, denominada "A PUC
ativando manter os alunos mobili-

Acordo quase sai

3, grevistas e Reitoria chegaram a
Ficou acertado que seria cumprido
sídio, conforme a proposta dos
caso a decisão da instância supe-
diferente, a Reitoria acataria. Os
e funcionários propuseram um
de 9,1% a título de compensação
da categoria devidas ao "pacote
", mas os reitores não aceitaram
partida, sugeriram que esse adi-
1,1% fosse somado aos 16,8%
tórias dos grevistas) que seriam
do da entrada de verbas governa-

ssores e funcionários rejeitaram
asta, na assembléia do dia 14. Foi
apourou a bomba: só existia em caixa
que 30% dos fundos necessários
amento dos professores e o restan-
na prazo para ser completado. A
momento, o movimento radica-
volta ao trabalho ficou condicio-
seguintes itens: pagamento já; al-
me avanço com relação ao reajuste
abilização da organização de um
Universitário para se debater a si-
PUC; e a vinda de um represen-
tação São Paulo para esclarecer
promisso da instituição mantene-
lação aos seus trabalhadores.

pagamento no além

De 17 horas em ponto, um Santana
eltonou em frente à Reitoria. Dele
sidente da Fundação São Paulo,
dom Paulo Evaristo Arns. Por
cardeal conversou com os grevis-
outras coisas, ele afirmou sentir-se
por ser chamado de patrão" e
deleiro patrão da PUC é a cidade
lo". Segundo o cardeal, a Igreja
dições de dar maiores subsídios



A fala de dom Paulo Evaristo Arns reper-
cutiu na assembléia do dia 20, segunda-feira.
A professora Marijane V. Lisboa traduziu a
impressão deixada pelo cardeal: "Os funcio-
nários e professores da PUC devem ser bons
cristãos, e submeter-se às duras penas aqui
na Terra. Sendo bonzinhos, poderão receber
no outro mundo o devido pagamento". E
acrescentou: "Estamos em uma situação
horrível, entre a cruz e o caldeirão".

Fim da greve

Frustrados os contatos com a fundação
mantenedora e com o Estado, as esperanças
de algum aumento mais significativo foram
diminuindo. O comando de greve ainda ten-
tou negociar alguns índices de emergência
mas de nada adiantou. O que não deixou o
movimento entrar num momento
"lacônico", "baixo astral", "brochante"
ou "melancólico", como era vagamente de-
finido pelos participantes, foi a perspectiva
da realização do Congresso. Professores e
funcionários elegeram seus representantes
para a comissão organizadora do evento,
que contará com a participação dos vários
setores da universidade (professores, alunos,
funcionários e Reitoria).

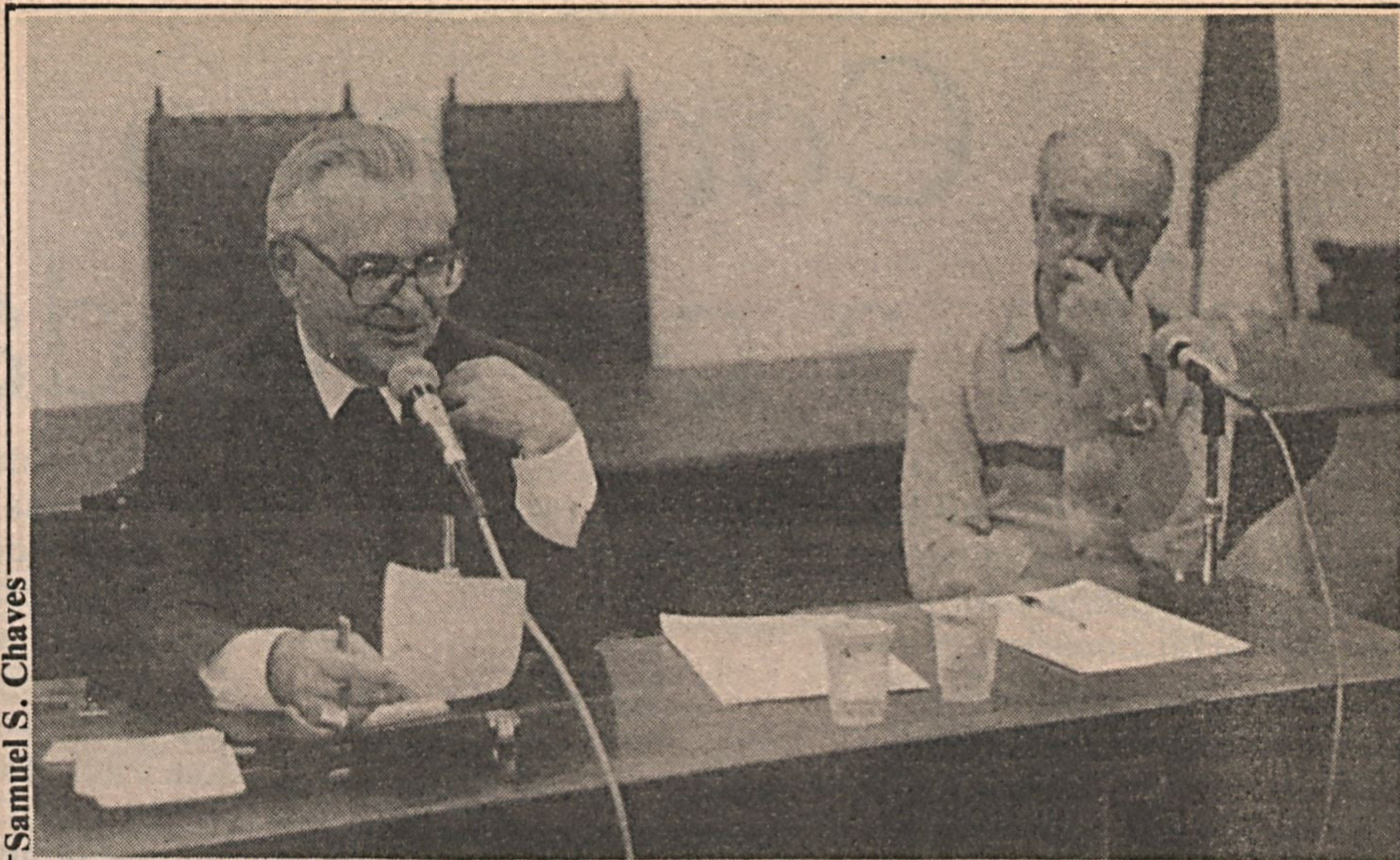
Esperando apenas a confirmação do rece-
bimento dos seus salários, que veio, final-
mente, no dia 24, os grevistas resolveram en-
cerrar o movimento no dia 22, deixando os
dias 23 e 24 para reuniões de avaliação do
movimento e discussão do Congresso.

Só mesmo quem participou da greve pôde
sentir a importância desse movimento e o
momento crucial em que a PUC se encontra.
Agora, só resta esperar que a PUC consiga,
como de outras vezes, recuperar o fôlego e
colocar suas 20 mil cabeças para funcionar
em busca de suas próprias saídas.

Sequelas

Alguns fatos indicavam que o movimento
grevista seria agitado. Após a primeira nego-
ciação, um incidente desagradável dava a di-
mensão de que a PUC viveria momentos crí-
ticos. Tudo aconteceu no dia 26 de setem-
bro, quando o vice-reitor comunitário, An-
tonio Chizzotti, retirou uma fita da redação
do Porã'Duba, sem autorização dos funcio-
nários. A fita continha a gravação da nego-
ciação e estava à disposição de toda a comu-
nidade, desde que fosse solicitada. A retira-
da do material, da forma como foi feita, in-
dignou os jornalistas do Porã, que conside-
raram o ato "uma intervenção no trabalho
jornalístico que vem sendo desenvolvido na
PUC". Em nota oficial distribuída à comu-
nidade e lida em assembléia, a equipe deste
jornal afirmava "que não admite a repeti-
ção" de tal atitude por parte de quem quer
que seja.

Para completar, o chefe de gabinete da
Reitoria, professor Fábio Uchôa Coelho, pe-
diu demissão em caráter irrevogável. Fábio
alegou, como motivo para sua saída, a ne-
cessidade de "dedicar-se mais à vida acadê-
mica". Na verdade, comenta-se que os funcio-
nários, especialmente os do setor que ele
dirigia, vinham se queixando de suas atitu-
des, principalmente por ocasiões de greves,
assembléias, etc. O novo titular da função é
José Eduardo M. Cardoso. No último dia
27, foi a vez do professor Celso Affonso
Garreta Prats demitir-se. Motivo: ele era
contra a greve.



D. Paulo e Wanderley durante as negociações da greve

Entre as propostas de dom Paulo, o auxílio do Exterior

No vigésimo segundo dia de greve a PUC
recebeu uma visita, pelo menos diferente.
Chamado pela comunidade, o grão-chanceler
e cardeal dom Paulo Evaristo Arns,
veio à Universidade para desejar algo mais
do que coragem.

Diante do impasse vivido pela PUC, em
grande parte devido à ligação com a Funda-
ção São Paulo que é mantenedora, porém
não se dispõe a liberar verbas para a Uni-
versidade e, ao mesmo tempo, impede con-
tatos com outras entidades e até com o Es-
tado, para não perder o poder sobre uma
das maiores universidades católicas do País,
Dom Paulo veio para tentar esclarecer cer-
tas questões fundamentais e indicar "o ca-
minho das pedras".

Em nome de Deus e de todos os presen-
tes, o grão-chanceler declarou aberta a ses-
são que discutiria os problemas agudos da
Universidade e que não duraria mais de
uma hora e meia, em virtude de outros com-
promissos assumidos por ele. Estavam presen-
tes na reunião a Reitoria, o comando de
greve, a Apropuc, Afapuc, representantes
dos alunos, conselhos universitários e repre-
sentantes de três centros acadêmicos.

Questionado sobre a possibilidade de
participação da comunidade no conselho
deliberativo da Fundação, dom Paulo afir-
mou que não existe nenhum empecilho, po-
rém ressaltou que falava por si próprio. Ele
frizou que isso será possível desde que esta
modificação seja aceita pelo juiz curador,
que trata das questões jurídicas. "E a partir
daí, poderíamos pensar uma nova estrutura
jurídica para a PUC", declarou.

Uma das questões fundamentais levanta-
das pela carta entregue a dom Paulo é
quanto ao compromisso da Fundação com
a Universidade, diante das perspectivas de
abandono e fracasso que a PUC vislumbra.
Mesmo frente a esta situação crítica, dom
Paulo mostrou-se alegre em vir a PUC para
debater e confessou que também "passa
noites em claro quando sente que a univer-
sidade tem problemas".

Após divagar sobre a corrida armamen-
tista alemã, dom Paulo falou da importân-
cia da opção da PUC pela cidade de São
Paulo no sentido de servir os menos favore-
cidos, defendendo os direitos humanos e a
liberdade. E fez um histórico de lutas da
PUC em favor da democracia brasileira.
"Eu sei que não é hora de contar glórias.
Mas uma das saídas para a crise é manter a
mantenedora e a comunidade unidas, do
mesmo lado", acrescentou.

Na opinião de dom Paulo, tudo o que
nasce de uma crise é portador de uma reno-
vação de qualidade. E portanto, como
grão-chanceler, tem como posição não se
opor à comunidade, mas se completar.

Além disso, acha que só em conjunto será
possível exigir dos poderes estatais verbas,
através de um projeto sério a ser levado às
autoridades.

Com relação à proposta de Congresso, o
cardeal acha que é uma forma lenta de pro-
ceder. "Mas gostaria de acrescentar um
ponto sobre a questão de sacrificar nossa
qualidade. No Exterior, se alguém é conhe-
cido é a PUC-SP, por isso precisamos sal-
var a Universidade da crise financeira, mas,
também é muito importante salvá-la da cri-
se humana".

Dom Paulo foi muito claro ao afirmar
que é contra a estatização da PUC: "Pode-
mos cair no mesmo erro que outros, ao di-
zer que estatizando se salva tudo. Na estati-
zação foram cortadas todas as cabeças pen-
santes da USP. E um general me disse a
poucos dias na minha casa: o senhor espe-
ra, que daqui a cinco anos estamos de
volta".

Então, qual é a saída?

Colocando-se apenas como símbolo da
comunidade, o cardeal pôs nas mãos da co-
munidade a responsabilidade pela preserva-
ção da qualidade da PUC. Ele justifica di-
zendo que a Fundação não esconde dados.
"Estão abertas as contas e os gastos da
Fundação e da Cúria e vocês verão que tudo
o que gastamos não chega para cobrir o dé-
ficit da Universidade nem de longe".

Como proposta para a crise, dom Paulo
apresenta algumas alternativas: a união da
comunidade; uma dura insistência junto
aos órgãos estatais, através de poder de
pressão; a elaboração de um projeto real
sobre o futuro da universidade, não se es-
quecendo da questão "humana" e não rea-
lizando um projeto "egoístico". Além dis-
so, pedir a colaboração de ex-alunos, e pro-
curar ajuda junto a instituições estrangei-
ras, reativando a política internacional, já
que, segundo ele, a PUC não está só.

Após estas declarações dom Paulo abriu
a reunião para o debate. Uma das interven-
ções mais inusitadas foi a de um professor
que queria saber do grão-chanceler como
pagar seu aluguel, que seria aumentado pa-
ra 4 mil cruzados, uma vez que ele recebe só
6 mil da PUC. Dom Paulo, sempre com seu
estilo "conciliador-simpático", respondeu:
"Sobre a questão financeira não posso dar
uma resposta imediata. Mas estamos traba-
lhando para que este problema se resolva,
para que você não tenha que ficar só com os
seus 6 mil e tenha que ir para um quatinho.
Eu ganho um pouquinho mais que isso, tenho
casa e carro, mesmo assim pedi ao Jânio
Quadros a passagem gratuita, porque com-
pletei 65 anos. Todos temos que nos empe-
nhar para que ninguém vá à miséria".

Congresso agita a comunidade

Do ponto de vista salarial esta greve de mais de vinte dias talvez não tenha significado uma grande vitória para professores e funcionários, entretanto, a decisão de realizar-se o Congresso Universitário transformou-se numa grande conquista para toda comunidade.

Esta não foi a primeira vez que se pensou no Congresso como forma de solucionar a crise que a PUC vem vivendo. Na greve de setembro do ano passado, professores, funcionários e alunos já reivindicavam a sua realização. No entanto, segundo o professor Erson de Oliveira, vice-presidente da Apropuc, dois fatores contribuíram para que as discussões sobre o Congresso, naquele momento, se esviassem. Primeiro, a divergência entre os segmentos da comunidade quanto ao seu caráter. E segundo, o Plano Cruzado, que suavizou e adiou o estouro da crise para setembro último. Com isso, os "Seminários de Alto Nível" propostos pela Reitoria em lugar do Congresso ganharam corpo e alguns, inclusive, chegaram a ser realizados, até a greve ser deflagrada.

Com a afirmativa da Reitoria, durante as negociações salariais, de que todas as tentativas de solucionar a crise estavam esgotadas, a tese do Congresso Universitário ganhou força novamente e acabou vingando. Na verdade, o Congresso representa a última alternativa para a reversão do quadro crítico que a PUC enfrenta hoje.

Por essa razão, desde a volta às aulas, a comunidade puquiense vem se esforçando no sentido de esclarecer o quanto é importante a participação de

todos no Congresso. Como afirma Zilda Iokoi, presidente da Apropuc, "o Congresso agora é prioritário".

Soberania

Professores e funcionários já fizeram sua proposta quanto ao caráter do evento. Eles defendem um Congresso soberano, deliberativo e que seus representantes sejam eleitos diretamente. Os alunos concordaram com essa proposta. A Reitoria, por sua vez, segundo o vice-reitor comunitário Antônio Chizzotti, afirma que levará essa decisão ao Consun (Conselho Universitário) e à Fundação São Paulo. "Se eles referendarem essa proposta ela será cumprida. Se não referendarem, pode haver confusão", declara o vice-reitor.

Independente disso, docentes e funcionários já formaram suas comissões para dar andamento ao processo. Porém, os trabalhos prometem muita discussão pois os critérios de representação dos futuros candidatos ao Congresso ainda não estão definidos.

Da parte dos alunos, a forma de se encaminhar as propostas e a eleição dos seus representantes também não estão muito claras. Em sua última assembléia, os estudantes decidiram que a volta às aulas seria em "estado de Congresso" e que haveria um dia por semana para as discussões que deverão ser encaminhadas via Centro Acadêmico. Porém, não foi tirada nenhuma comissão.

Centros mobilizam-se

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais (Cacs) come-

morou a volta às aulas com um programa de "auto-falante", que ecoava pelo Prédio Novo na manhã do dia 27. Neste programa foram editados depoimentos de professores, funcionários, do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que visitou a PUC, e muitas músicas que de alguma forma dizem respeito à PUC, como por exemplo; "Koianisqatskii" ou "Vida em desequilíbrio". E falando em equilíbrio, uma antiga questão ainda irá gerar muita polêmica, pois segundo Pedro Geraldo J. Nogueira do Cacs, eles não aceitarão eleger delegados para representar os alunos de Ciências Sociais no Congresso, já que na concepção autogestionária do Centro, isto é uma prática inconcebível. "Porém, a questão dos delegados não vai impedir o Cacs de participar, iremos todos ou vai quem quer", explica Pedro.

O Centro Acadêmico 22 de Agosto, do Direito, já está preparando um roteiro de mobilização. Segundo Marco Almeida, o CA pretende visitar todas as salas de aula para expor o que aconteceu e falar sobre a importância do Congresso, levantando dessa forma sugestões e questões a serem discutidas.

O Leão XIII, da Economia, já está em fase de discussão. No dia 27 realizou uma reunião para discutir a participação no Congresso, o destino da PUC e a demissão de dois professores. Além disso, foi sugerida até a separação da Fea (Faculdade de Economia e Administração), como fez a Fei (Faculdade de Engenharia Industrial), já que ela, segundo a diretoria do Leão, tem condições de automanter-se.



"Em sociedade tudo se sabe. Mas nem tudo se revela..."

(Perry White, by permission)

QUALQUER NOTA

Conversa de rampa

Na batalha pela campanha salarial, a luta começava com a subida da rampa. Uma professora, após o árduo esforço reclamava: "Puxa, não poderiam realizar esta assembléia no primeiro andar?" Ao que um professor que passava por ali no mesmo momento respondeu: "Isto é para os professores manterem a forma, senão o Funaro pega!"

Cena de greve. À lá Bergman

Apesar do caráter engajado, as assembléias tinham algo de bergmaniano. O professor José Mário Ortiz chegou até a classificá-las de "assembléia dos gritos e sussurros". Enquanto alguns falavam no microfone, outros cochichavam profundas e intermináveis dúvidas. Procurando esclarecer a crise, o movimento grevista chamou o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que, ao afirmar — "o patrão é a cidade de São Paulo", deu seu sétimo selo. E os sonhos das noites de verão da comunidade estão todos em cima do Congresso, que se espera não seja um ovo de serpente.

Zé do Bode

Alguém conhece a história? Um pessoal estava reclamando do Governo, por falta de moradia. Reclamaram, reclamaram, e acabaram recebendo casas, que no entanto eram tão

pequenas, que as famílias não cabiam dentro. Continuaram reclamando, e o Governo então determinou: todos seriam obrigados a criar um bode dentro de casa. A grita foi geral. O Governo então recuou: retirou a obrigação do bode, e todos ficaram felizes com suas casas minúsculas. O professor José Strabelli (o já célebre Zé do Bode), contou a história como uma metáfora. Precisa dizer do quê?

Miguel ou migué?

Na assembléia do dia 14, o professor Miguel Chaia propôs que o comando tivesse a possibilidade de realizar também reuniões fechadas com os reitores (até então as reuniões tinham sido só abertas). Questionado se isso não significaria um recuo democrático em relação às reuniões abertas, respondeu: "É um recuo político, mas não democrático". Ninguém entendeu nada, e o comentário era de que, no fundo, para reforçar seu argumento, o Miguel deu uma de migué.

Rei ou banqueiro

Sobre afirmação da professora Zilda Iokoi, de que ele teria uma visão parcial por estar "do outro lado da mesa", o vice-reitor Alípio Casali, afirmou, em tom de conciliação: "aqui a mesa não tem lados". Já o professor Samir Curi, com cara de poucos amigos, disparou: "O Alípio está mais para Amador Aguiar do que para Rei Artur".



Samuel S. Chaves

A realização de um congresso foi fruto da greve

PUC-SP — 30/10/86 — n.º 119

Conselho Editorial

Professores — jornalistas — Gabriel Priolli (reg. Mtb 361 — Mat. Sind. 4967)
Laurindo Lalo Leal Filho (reg. Mtb 12.110 — Mat. Sind. 300)
Valdir Mengardo (reg. MTb 12.347 — Mat. Sind. 6707)

Redação

Editora: Lizete Teles de Menezes (reg. MTb Mat. Sind. 5458)
Editores Assistentes: Claudia Giudice de Menezes e Gerson Sintoni
Repórteres: Enor Paiano e Rubem Roschel
Fotografia: Samuel dos Santos Chaves
Diagramação: Silas Botelho Neto
Secretária de Redação: Vera Lúcia Ramos da Silva
Porã'duba circula quinzenalmente com distribuição gratuita e é editado sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Rua Monte Alegre, 984 — São Paulo — CEP 05014 — Tel (011) 263.0211 ramal 227. Porã'duba, em tupi: notícia.